A DIGNIDADE SOBRENATURAL DO HOMEM NO CREDO APOSTÓLICO

Rafael Pinheiro Rodrigues *

RESUMO

O homem foi criado por Deus à sua imagem com a dignidade de pessoa, segundo o modelo do Verbo, a Segunda Pessoa da Trindade. Com isso, ele existe e vive regido pelas leis da criação, mas pode conhecer e amar o Criador de maneira livre e voluntária. Ao escolher por Deus, o homem vive sua inclinação natural à relação de amor com o Ser supremo e, assim, reconhece-o como seu bem último. É certo que o homem é digno de comunhão com Deus especialmente por causa de seu princípio espiritual, que é a alma racional, mas também seu corpo é chamado a participar dessa bem-aventurança, já que foi feito por Deus e, sem ele, o homem não é substancialmente uno. Diante disso, vale ressaltar que o ser humano foi concebido bom em seu estado original, ou seja, em justiça e em santidade, livre da má concupiscência e retamente orientado para a beatitude.

Palavras-chave: Dignidade; Homem; Criação; Alma; Corpo.

1 INTRODUÇÃO

O Catecismo da Igreja Católica (CIC), a partir da segunda seção de sua primeira parte¹, aborda os chamados “Símbolos da fé”, que são as sínteses orgânicas e articuladas do essencial da fé. No capítulo I dessa seção, a saber, no 6º parágrafo do artigo I (“Creio em Deus Pai Todo-poderoso, Criador do Céu e da Terra”), o documento trata da dignidade do homem no plano sobrenatural da criação divina em quatro pontos².

*Seminarista – Arquidiocese de Brasília
Seminário Maior Arquidiocesano de Brasília Nossa Senhora de Fátima
Curso de Filosofia – Produção de Textos Acadêmicos
E-mail: rafaelpinheiro93@gmail.com

¹ **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 60-298.

² Os quatro pontos em que o tema referido é explanado no Catecismo são: “À imagem de Deus” [I], “Corpore et anima unus” (Uno de alma e corpo) [II], “Homem e mulher os criou” [III] e O homem no Paraíso [IV]. O terceiro ponto não foi contemplado neste estudo.

Com base no compêndio da doutrina católica, este breve artigo acadêmico abordará a condição do ser humano sobretudo à luz da fé, mas também explorando o pano de fundo filosófico do ensino do Símbolo dos Apóstolos a respeito desse assunto.

2 O HOMEM É IMAGEM DE DEUS

O homem é a única criatura cuja razão de ter sido feita por Deus foi o relacionamento de amor com o Criador. Em outras palavras, todos os seres existem porque Deus os quis deliberadamente, isto é, por livre ato de sua bondade, que move e atrai a criação na qualidade de causa final. Para toda criatura, conformar-se com sua natureza significa existir segundo uma maneira constante de agir que a leva ao bem que lhe convém. Contudo, a Divindade não se relaciona de maneira pessoal com nenhum outro ser além do homem, porque somente este possui capacidade cognitiva de conhecê-la e querê-la como bem último.

Essa expressão cognitiva e volitiva do homem para com Deus é o movimento do amor. Portanto, o homem participa da realidade da essência de seu Criador, que orienta seu agir segundo o bem supremo, que é sua bondade (ou, em termos últimos, seu próprio Ser). Logo, Deus infundiu no homem a potência de amar ao fazê-lo orientado à busca da bondade como bem que ultrapassa os interesses das paixões ou o apeço por si mesmo. O homem é atraído pelo Ser divino no movimento desinteressado e transcendental do amor, que visa supremamente a Deus numa vida bem-aventurada para render-lhe a devida glória na eternidade.

No relacionamento entre as pessoas da Trindade, o Ser supremo incriado (entende-se aqui somente o Pai, em sua unidade substancial individual) gera ou dá existência ao Filho como sendo a sua inteligência e o seu verbo. Em suma, o Filho é o *Logos* do Pai, e de ambos procede o Espírito Santo, o Amor de Deus. Se o Filho conhece plenamente o Pai, logo, ama-o à proporção do seu ser divino. O Pai também ama aquele que gerou e o tem como sua expressão intelectual (*Logos*), pelo qual possui a ideia essencial de toda a criação.

Pode-se concluir, portanto, que o homem é imagem de Deus, já que interage com Deus à maneira como o Filho se relaciona com o Pai: conhecendo-o, orientando-se para ele e amando aquele que lhe conferiu essência e vida. Ademais, o homem “não é apenas alguma coisa, mas alguém”³, ou seja, é dignamente uma *pessoa*: para além do conceito de “substância

³ **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 103.

individual de natureza racional”, como prescreveu o filósofo Boécio, o homem é definido mais profundamente segundo a dinâmica relacional que é inerente à sua essência. Assim, ele é naturalmente capaz de livre comunhão de fé e de amor com Deus e, por essa aliança, é o único que pode elevar a criação ao seu Criador.

3 A UNIDADE SUBSTANCIAL DO HOMEM

A pessoa humana é corporal e espiritual simultaneamente⁴: sua matéria ou corpo é dotado de princípio vital denominado alma. Entende-se, então, que a alma é imprescindível para que o corpo tenha vida e seja racional, mas que o corpo é também indispensável para que a alma exerça suas potencialidades. Assim sendo, o corpo de um defunto é tão somente cadáver, sujeito à corrupção, enquanto que a alma separada do corpo na eternidade não é o ser humano completo. Os dois juntos compõem a forma substancial do homem.

Se a separação do corpo e da alma após a morte faz com que o homem não esteja na plenitude de seu ser, mesmo que sua alma já goze da felicidade eterna antes do fim dos tempos, logo, afirma-se que o homem é essa unidade espiritual-corporal, em que a alma (do latim, *anima*) é o princípio que gera animação ou vida, e o corpo é o princípio de expressão e sensibilidade da alma. A alma é, então, a “causa formal” do homem, porque é ela quem confere o caráter singularmente *humano* à criatura racional e que quantifica e vivifica sua matéria. Por outro lado, o corpo é a “causa material” do ser humano, da qual a alma depende para expressar sua atividade e adquirir experiência das coisas, graças aos sentidos físicos externos.

A unidade entre os dois princípios da substância humana forma uma única natureza⁵. A alma é, de fato, o que há de mais eminente no homem, já que foi criada diretamente por Deus, isto é, sem a participação dos pais, e se assemelha aos seres espirituais por causa da imortalidade e da incorruptibilidade (ela não perece nem sofre corrupção após a morte corporal). Porém, “o corpo do homem também participa da dignidade da ‘imagem de Deus’”, porque sua causa primeira também é Deus e está destinado à vida eterna em união com a alma⁶.

⁴ Cf. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 104.

⁵ Cf. *Ibid.*, p. 105.

⁶ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

A Sagrada Escritura⁷ faz uma distinção entre alma e espírito. Todavia, isso não significa que exista dualidade na alma, mas que “espírito” é uma denominação que faz menção ao fim sobrenatural do homem, quando a alma poderá ser elevada à beatitude, que outra coisa não é que a comunhão com seu Criador. A participação na vida divina na eternidade também depende do ato de vontade do homem de orientar seu ser voluntariamente para Deus.

4 O ESTADO DE SANTIDADE E JUSTIÇA ORIGINAIS

Os textos sagrados lançam mão de uma linguagem simbólica, sobretudo no livro do Gênesis, para revelarem a condição de santidade e justiça originais do homem nas pessoas de Adão e Eva, conforme ensina o magistério da Igreja⁸. Desta forma, a humanidade foi concebida santa, ou seja, participava da vida divina de tal modo que essa graça lhe privava da morte e do sofrimento. Por outro lado, harmonia interior do homem em sua condição antes do pecado, que se estendia às suas relações interpessoais e com toda a criação, constituía o estado de “justiça original”⁹.

Essa harmonia era expressão do autodomínio e do domínio sobre a natureza. Por esse senhorio de si e da criação, entende-se que o homem era bem ordenado e livre da concupiscência. Logo, ele conhecia com lucidez o seu fim em Deus e, então, não permitia com que sua razão fosse desviada de sua orientação para a beatitude.

Nas condições originais de santidade e justiça, o homem não buscava satisfazer-se com o que lhe era submisso, a saber, os bens terrenos e seu próprio corpo, mas elevava toda essa posse das criaturas e de si mesmo para o Criador. O homem discernia claramente que era justo que tudo voltasse para Deus e sabia que ele era o canal para que isso acontecesse. Ao mesmo tempo, ele privava seu ser corporal e espiritual do pecado e se reservava em sua relação de santidade e amizade com Deus, a quem rendia glória e com quem colaborava perfeitamente na obra de aperfeiçoamento dos seres materiais¹⁰.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

⁷ 1Ts 5, 23.

⁸ Cf. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 107.

⁹ *Ibid.*, p. 108.

¹⁰ Cf. *Ibid.*, loc. cit.

O homem é o cume de perfeição da criação natural. Pela alma, a pessoa humana é a criatura do universo mais semelhante ao Criador (somente os anjos, seres espirituais metafísicos, são superiores ao homem em semelhança com a Divindade)¹¹. A santidade e a justiça originais nos atestam a condição inicial digna do homem. Todavia, essa dignidade, de certa maneira, não lhe foi revogada após o primeiro pecado, uma vez que ele permanece “capaz de conhecer e amar a Deus”¹² e é digno de entrar na glória eterna como “homem total”, isto é, em sua unidade corporal e espiritual.

Deus conferiu ao homem o governo sobre a natureza para que, por ele, todas as coisas sejam “usadas conforme as finalidades que lhes foram dadas por Deus”¹³. Assim, o homem deve exercer sua dignidade de senhor, mas também de servo, já que tudo, inclusive ele mesmo, foi feito para ficar submisso ao Ser divino.¹⁴

Essa submissão, contudo, não ofusca a graça maior da dignidade humana, mas expõe ao homem qual é o caminho pelo qual, diz Santo Tomás, “certamente chegaremos à união com Deus”¹⁵. O homem foi criado na dignidade de um ser livre, e sua liberdade lhe garante uma orientação consciente e voluntária para o bem último, o qual ele sabe que não encontraria em nenhum outro ser senão naquele que lhe deu a vida: o próprio Deus.

REFERÊNCIAS

_____. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000.

ANSELMO. **Monológio**. 1. Ed. Trad. Angelo Ricci. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

GILSON, Étienne. **O Espírito da Filosofia Medieval**. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

SOARES, André Marcelo M. **Um breve apontamento sobre o conceito de dignidade da pessoa humana**. Disponível em: <<http://www.presbiteros.com.br>>. Acesso em: 5 dez. 2016.

TOMÁS. **Exposição sobre o Credo**. 6. Ed. Trad. D. Odilão Moura, OSB. São Paulo: Loyola, 1981.

¹¹ Cf. TOMÁS, **Exposição sobre o Credo**. 6. Ed. Trad. D. Odilão Moura, OSB. São Paulo: Loyola, 1981, p. 31.

¹² Cf. **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Edição típica Vaticana, Loyola, 2000, p. 102.

¹³ TOMÁS, op. cit., p. 30.

¹⁴ Cf. *Ibid.*, p. 31.

¹⁵ *Ibid.*, loc. cit.

Brasília – DF, 07 de dezembro de 2016.